



INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL-IEB

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL- IEB

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

INDICE	PÁGINAS
Relatório dos Auditores Independentes	1 e 2
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações do Superávit/Déficit do Exercício	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	7 a 24

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PAR 15/033

Aos Administradores do
INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras do **INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

www.bakertillybrasil.com.br

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB**, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstração do valor adicionado


Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) do Instituto, apresentada na Nota Explicativa no. 14, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA, sendo a apresentação efetuada de forma voluntária pelo Instituto. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras.

Brasília, 19 de maio de 2015.



**BAKER TILLY
BRASIL**

MG AUDITORES INDEPENDENTES


Josias Oliveira Barros Neto
Contador – CRC 009386/O-1
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC/MG 005455/O-1

www.bakertillybrasil.com.br

 an independent member of
**BAKER TILLY
INTERNATIONAL**

SAUS Qd. 04, bl. A, lotes 09/10, salas 1225 a 1228 Ed. Victória Office Tower
Asa Sul - Brasília/DF – CEP 70070-938 – Telefones (61) 3012-9900 – Fax (61) 3012-9900
www.bakertillybrasil.com.br



**BAKER TILLY
BRASIL**
AUDITORES & CONSULTORES

QUADRO 1**INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB****BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

Ativo	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	2014	2013
Ativo Circulante			Circulante (nota 7)		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	4.089	5.763	Obrigações sociais e trabalhistas	270	135
Créditos diversos	53	50	Contas a pagar	22	22
	4.142	5.813	Adiantamentos de doadores	2.807	4.998
				3.099	5.155
Não circulante			Patrimônio líquido (nota 8)		
Investimentos	3	3	Patrimônio social	942	502
Imobilizado (nota 6)	369	274	Superávit (déficit) do exercício	479	444
Intangível (nota 6)	6	11		1.421	946
	378	288			
Total do ativo	4.520	6.101	Total do passivo e patrimônio líquido	4.520	6.101

QUADRO 2**INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB****DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT / (DÉFICIT)****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Receitas		
Fundo Vale	5.023	4.213
Fundação Moore	2.226	1.782
Mac Cargil Foundation	904	-
Caixa Econômica Federal	617	-
Doações específicas para programas	564	254
Receitas de prestação de serviços	362	149
PDPI	220	-
Embaixada Britânica	146	274
FUNBIO	120	133
Ajuda Igreja Norueguesa	90	-
MP do Pará	57	-
CEE	50	418
Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional - USAID	15	2.544
Fundação Roberto Marinho	-	782
PORTICUS	-	213
Outras receitas	464	90
	10.858	10.852
Custos com programas (nota 11)		
Eventos, viagens e estadas	(3.331)	(3.115)
Consultorias técnicas	(2.512)	(2.128)
Salários, encargos e benefícios	(1.617)	(1.896)
Repasse a programas	(1.156)	(615)
Despesas gerais	(569)	(512)
Publicações, comunicações e materiais	(241)	(221)
Bolsas de estudos	(103)	(84)
	(9.529)	(8.571)
Despesas com administração de programas		
Salários, encargos e benefícios	(568)	(1.076)
Consultorias técnicas	(257)	(259)
Despesas gerais	(142)	(308)
Despesas com depreciação	(98)	(104)
Eventos, viagens e estadas	(27)	(16)
Publicações, comunicações e materiais	(6)	(30)
	(1.098)	(1.793)
Superávit operacional	231	488
Resultado financeiro	248	(46)
Receitas financeiras	318	7
(-) Despesas financeiras	(70)	(52)
Superávit do exercício	479	442

QUADRO 3**INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

Descrição	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total
Saldos em 31/12/2012	704	(203)	501
Incorporação do déficit ao patrimônio social	(203)	203	-
Ajustes de exercícios anteriores	1	-	1
Superávit do exercício	-	444	444
Saldos em 31/12/2013	502	444	946
Incorporação do déficit ao patrimônio social	444	(444)	-
Ajustes de exercícios anteriores	(4)	-	(4)
Superávit do exercício	-	479	479
Saldos em 31/12/2014	942	479	1.421

QUADRO 4**INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
I - ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/(Déficit) do exercício	479	444
Ajustes de despesas/receitas que não afetam o caixa:		
Depreciação/amortização do período	98	104
Ajustes de exercícios anteriores	(4)	1
	<u>573</u>	<u>549</u>
Redução/(Aumento) das contas do ativo		
Contas a receber	(4)	31
(Redução)/Aumento das contas do passivo		
Obrigações sociais e trabalhistas	135	(91)
Contas a pagar	-	12
Adiantamentos de doadores	(2.191)	1.807
	<u>(2.060)</u>	<u>1.759</u>
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	<u>(1.487)</u>	<u>2.308</u>
II - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações no ativo imobilizado	(187)	(66)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>(187)</u>	<u>(66)</u>
III - AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(1.674)</u>	<u>2.242</u>
IV - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Início do exercício	5.763	3.522
Final do exercício	<u>4.089</u>	<u>5.763</u>
V - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(1.674)</u>	<u>2.241</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

1 Contexto operacional

O Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB é uma associação civil brasileira sem fins econômicos, regida pelo Código Civil Brasileiro, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criada em 1998 e sediada em Brasília-DF, a entidade se destaca por uma atuação que considera e estabelece pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, buscando fortalecer as comunidades locais.

Promovendo autonomia na gestão dos territórios e dos recursos naturais com participação, diálogo permanente, valorização das diferenças e incentivo à atuação das populações locais, o IEB desenvolveu uma reconhecida expertise em processos de articulação entre setores que, historicamente têm tido dificuldade de aproximação e diálogo.

Os programas e projetos da instituição atendem indivíduos que atuam com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, em suas diversas interfaces, com foco no bioma amazônico. Dentre esse público destacam-se: comunidades extrativistas, assentados, populações indígenas, profissionais e estudantes da área ambiental.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo; (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o alcance dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da governabilidade dos mesmos; e (iii) planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercício fiscal e/ ou social.

Os principais riscos estão relacionados à base de doadores do Instituto, sendo que as ações estratégicas visam a minimizar esses riscos através do crescimento dessa base, mediante ações institucionais pautadas na transparência das atividades, do uso dos recursos financeiros, qualidade dos projetos, imagem institucional perante a sociedade, parceiros e doadores e competência técnica de todos os colaboradores.

Os principais contratos de doação que tiveram implementação em 2014 ou estavam em aberto na data de 31 de dezembro de 2014 são: a) Fundo Vale – i) Projeto de Desenvolvimento Local no Sul do Amazonas (PDLS), ii) Projeto Xingu Ambiente Sustentável (XAS); iii) Projeto Fortalecimento da Gestão dos Recursos Naturais no Marajó; iv) Fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário na BR 163; (v) Fortalecimento Institucional das organizações da sociedade civil com foco na Iniciativa Amapá (vi) Projeto Ordenamento Territorial no Sul do Amazonas (b) AIN - Dialogo Intersectorial em Barcarena; c) MAC - Fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário na BR 163; d) FSA - Projeto Embarca Marajó; e) Embaixada Britânica - Serviços Ambientais no Brasil (Projeto Bolsa Verde); f) FAO - Capacitação de técnicos, lideranças e agricultores familiares em agriculturas de base ecológica e em políticas públicas destinadas ao desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar no município de São Félix do Xingu – PA (Contrato FAO 011/2013); g) Albrás - Apoio às atividades desenvolvidas pelo FIB – Fórum Intersectorial de Barcarena; h) MPF/Imerys - Termo de Ajuste de Conduta com MPF; i) FSC - Projeto de treinamento em certificação FSC para comunidades e concessionárias

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado

envolvidas com concessões florestais na Amazônia; j) FUNBIO – Projeto Fortalecimento Institucional de organizações da sociedade civil no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; k) Impactos Socioambientais na Mineração (AIN).

Fundo Vale - Projeto de Desenvolvimento Local no Sul do Amazonas (PDLs)

Financiado pela Associação Vale para Desenvolvimento Sustentável – Fundo Vale, o projeto tem foco no fortalecimento das capacidades dos poderes públicos municipais e das organizações da sociedade civil da região sul do estado do Amazonas, visando a formulação e implementação de ações, políticas públicas, programas e projetos voltados para a conservação ambiental e o desenvolvimento local sustentável. As ações do projeto são desenvolvidas nos municípios de Lábrea, Humaitá, Manicoré, Canutama, Boca do Acre e Novo Aripuanã. O período de execução do projeto é de 2011 a 2013.

O acordo assinado em 14/02/2011 estabelece o início do projeto em fevereiro de 2011 e prazo final estimado para março 2014, no valor total de R\$ 5,4 milhões. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

Data	R\$
2011	1.077
2012	1.930
2013	1.710
2014	668
Total	5.385

Fundo Vale - Projeto Xingu Ambiente Sustentável (XAS)

O projeto Fortalecimento Institucional como Suporte à Governança Socioambiental e ao Desenvolvimento Sustentável em São Félix do Xingu, Pará, objetiva fortalecer os processos locais de articulação e desenvolvimento institucional, visando à governança socioambiental e à sustentabilidade no uso de recursos naturais do município. Tendo como parceiro local a Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu (ADAFAX), a iniciativa apresenta o período de execução dividido em três fases, sendo a primeira entre 2009 e 2010, a segunda fase ocorrida de 2011 a 2013 e a terceira fase iniciada em 2014, com previsão de finalização em 2017. Na fase atual, o projeto ampliou suas ações, e apresenta como objetivo fortalecer as organizações da sociedade civil para que protagonizem a agenda de combate ao desmatamento no território da Bacia do Xingu (municípios de Tucumã, Ourilândia, Porto de Moz, Medicilândia, Brasil Novo e Altamira). A iniciativa é financiada pela Associação Vale para Desenvolvimento Sustentável (Fundo Vale).

O acordo assinado em 01/09/2009 estabelece o início do projeto em setembro de 2009 e prazo final estimado para setembro de 2014, no valor total de R\$ 10,1 milhões. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2009	462
2010	557
2011	999
2012	962
2013	1.475
2014	1.372
2015	1.646
2016	1.557
2017	1.043
Total	10.073

Fundo Vale – Projeto Fortalecimento da Gestão dos Recursos Naturais no Marajó

O projeto Fortalecimento da Gestão dos Recursos Naturais no Marajó, tem como objetivo principal fortalecer a gestão socioambiental, especificamente nos municípios de Melgaço, Portel, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, Breves e Gurupá. A iniciativa tem como parceiro local o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Portel e é financiada pela Associação Vale para Desenvolvimento Sustentável – Fundo Vale.

O projeto centra-se em fortalecer a gestão dos recursos naturais na região do Marajó, atuando nos municípios que estão nos limites das Resex Gurupá Melgaço, Flona de Caxiuana, Mapúa e Terra Grande Pracuúba, e glebas Acuti Pereira, alto Acangata, Joana Peres I e Jacaré Puru. Os eixos de atuação do projeto são: (i) Fortalecendo a governança Florestal; (ii) Fortalecimento das Unidades de Conservação; e (iii) Formação de lideranças Agroextrativistas. Serão beneficiados no projeto os municípios de Melgaço, Portel, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, Breves e Gurupá.

O projeto iniciou em outubro de 2013 com o apoio do Fundo Vale e tem um prazo de duração de 18 meses.

2013	52
2014	554
2015	138
Total	744

Fundo Vale - Fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário na BR 163

O Projeto tem como objetivo o de fortalecer e ampliar as ações que o IEB tem desenvolvido no âmbito do Projeto Fortalecimento da Governança Florestal na BR-163, apoiado pelo Fundo Vale, em 10 municípios (Anapu, Aveiro, Itaituba, Juruti, Novo Progresso, Placas, Rurópolis, Trairão, Santarém, e Uruará) da região e ampliando o escopo da atuação para Porto de Moz. As ações do Projeto tem permitido analisar os acordos formais e informais estabelecidos entre empresas e comunidades para exploração, processamento e comercialização de produtos florestais madeireiros na região. Além disso, proporcionam um diálogo com organizações comunitárias, empresas madeireiras e setores governamentais para identificar arranjos promissores de controle social sobre a exploração de produtos florestais na região.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O Projeto iniciou em setembro de 2012 com o apoio da MAC Foundation e tem um prazo de duração de 36 meses de execução.

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2012	204
2013	702
2014	979
2015	853
Total	2.738

Fundo Vale - Fortalecimento Institucional das organizações da sociedade civil com foco na Iniciativa Amapá

O projeto Fortalecimento Institucional das organizações da sociedade civil com foco na Iniciativa Amapá, visa fortalecer processos locais de articulação entre sociedade civil, comunidades e estado para implementar uma agenda socioambiental no Amapá. A iniciativa apresenta como parceiros locais a Rede das Associações Escolas Família do Amapá (RAEFAP) é financiada pela Associação Vale para Desenvolvimento Sustentável – Fundo Vale.

O acordo assinado em 01/04/2014, estabelece o início do projeto em abril de 2014, com prazo de execução de 36 meses, no valor total de R\$ 2.994.270,68. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2014	446
2015	1.130
2016	1.030
2017	388
Total	2.994

Fundo Vale - Projeto Ordenamento Territorial no Sul do Amazonas (ORDAM)

Financiado pela Associação Vale para Desenvolvimento Sustentável – Fundo Vale, o projeto tem por objetivo catalisar os diversos processos de ordenamento fundiário em cinco municípios (Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Humaitá e Manicoré) da região sul do Amazonas tendo como objetivo ***intensificar o processo de ordenamento territorial no sul do estado do Amazonas*** (municípios de Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Humaitá e Manicoré) ***através da implementação de políticas públicas de regularização fundiária e ambiental e da utilização de instrumentos de gestão ambiental.*** Esta região apresenta altos índices de desmatamento associados a problemas como a grilagem de terras, exploração ilegal de madeira e avanço da pecuária sobre a floresta.

O acordo assinado em 01/05/2014 estabelece o início do projeto nesta data e prazo final estimado para abril 2017, no valor total de R\$ 5.623 milhões. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2014	1.561
2015	1.772
2016	1.790
2017	500
Total	5.623

AIN - Dialogo Intersectorial em Barcarena

O Diálogo Intersectorial é uma ação no âmbito do projeto Fortalecimento Institucional de Barcarena, que visa a criação de um espaço público que favoreça, de maneira permanente, a discussão entre a sociedade civil, empresas e o Estado sobre os problemas estruturantes do município. A proposta é tornar os debates dos desafios locais acessíveis às comunidades, tirando-os do âmbito exclusivo das empresas e das instituições de Estado, ou mesmo de grupos restritos da sociedade civil. O projeto é financiado pela Ajuda da Igreja Norueguesa (AIN).

O acordo assinado em 22/06/2013 estabelece o início do projeto em janeiro de 2013 e término em dezembro de 2013, como renovações anuais até 2015 e no valor total de R\$ 270.541,18. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2013	91
2014	89
2015	90
Total	270

MAC - Fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário na BR 163

O projeto Fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário na BR 163 ampliou a sua atuação no território do oeste paraense em 2013, após o financiamento da Margaret A. Cargil Foudation (MAC Foundation). Mas, manteve como objetivo o fortalecimento dos processos locais de articulação e o desenvolvimento institucional visando o estabelecimento de dispositivos para aumentar a governança florestal em áreas de florestas potencialmente ameaçadas (assentamentos, entorno e unidades de conservação). A iniciativa é financiada pela MAC Foundation.

O acordo assinado em 01/09/2013, estabelece o início do projeto em março de 2013 e prazo final estimado para agosto de 2015, no valor total de R\$ 1,4 milhões. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2013	60
2014	954
2015	491
Total	1.505

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado

FSA - Projeto Embarca Marajó

O projeto Fortalecimento Institucional para o Desenvolvimento Sustentável no Marajó, objetiva implementar ações socioeconômicas e ambientais, visando o desenvolvimento local sustentável do território marajoara, integrado à políticas públicas, especialmente nos municípios onde trafega a Agência-Barco Ilha do Marajó: Bagre, Breves, Currálinho, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure. O projeto é executado por meio de um Consórcio com o Instituto Vitória Régia e o Instituto Peabiru, tendo como parceiros locais a Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM) e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó (Codetem). O projeto é financiado pelo Fundo Socioambiental Caixa Econômica Federal (Fundo Socioambiental CEF).

O acordo de cooperação financeira assinado em 03/11/2014, estabelece o início do projeto em novembro de 2014 com prazo de execução de 30 meses, no valor total de R\$ 2.999.990,95. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2014	617
2015	1.539
2016	844
Total	3.000

Embaixada Britânica - Serviços Ambientais no Brasil (Projeto Bolsa Verde)

O projeto teve como objetivo capacitar lideranças e agricultores(as) familiares, beneficiários do Programa Bolsa Verde (integrante do Programa Brasil sem Miséria do Governo Federal) em conhecimentos práticos das agriculturas de base ecológicas e alternativas produtivas sustentáveis, assim como disseminar as diversas políticas públicas existentes para o fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil. A iniciativa foi financiada pela Embaixada Britânica.

O acordo assinado em 02/05/2012 estabelece o início do projeto em maio de 2012 e prazo final estimado para maio de 2013, no valor total de 114 mil Libras Esterlinas. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>GBP</u>
2012	90
2013	24
Total	114

FAO - Capacitação de técnicos, lideranças e agricultores familiares em agriculturas de base ecológica e em políticas públicas destinadas ao desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar no município de São Félix do Xingu – PA (Contrato FAO 011/2013)

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O Curso de Formação em Agriculturas de Base Ecológica e em Políticas Públicas Destinadas ao Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar, inseriu-se no âmbito do Projeto Pacto Municipal para a Redução do Desmatamento, e teve como objetivo Capacitar técnicos, lideranças e agricultores familiares em agriculturas de base ecológica e em políticas públicas destinadas ao desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar. A iniciativa teve como financiadora a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O contrato assinado em 01/10/2013 estabelece o início do contrato em outubro de 2013 e prazo final estimado para agosto de 2014, no valor total de R\$279.900,00 Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2014	172
Total	172

FAO – Para elaborar estudo sócioeconômico com diagnóstico ambiental do município de São Félix do Xingu – PA (Contrato FAO 004/2013)

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2014	188
Total	188

Albrás - Apoio às atividades desenvolvidas pelo FIB – Fórum Intersectorial de Barcarena

O Fórum Intersectorial é uma ação no âmbito do projeto Fortalecimento Institucional de Barcarena, que visa a criação de um espaço público de forma que favoreça, de maneira permanente, a discussão entre a sociedade civil, empresas e o Estado sobre os problemas estruturantes do município. A proposta é tornar os debates dos desafios locais acessíveis às comunidades, tirando-os do âmbito exclusivo das empresas e das instituições de Estado, ou mesmo de grupos restritos da sociedade civil. O projeto é financiado pela Ajuda da Igreja Norueguesa (AIN) e recebe esse aporte da Albrás no sentido de fortalecer ações ligadas à secretaria executiva do Fórum.

O contrato assinado em 13/10/2014 estabelece o início do projeto em outubro de 2014 e prazo final estimado para setembro de 2015, no valor total de R\$60 mil. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2014	7
2015	53
Total	60

MPF/Imerys - Termo de Ajuste de Conduta com MPF

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Em virtude de dois vazamentos de caulim (em agosto de 2014) originado da planta da Imerys em Barcarena, o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual (MPE) do Pará, assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a empresa Imerys, visando a realização de uma série de ações, por parte de empresa, para mitigar os impactos causados pelo vazamento às comunidades afetadas. A partir disso, o MPF firmou um termo de parceria com o IEB para que fique responsável pela gestão dos recursos financeiros repassados pela empresa Imerys, como forma de compensação às famílias afetadas pelos vazamentos de caulim ocorridos no município de Barcarena (conforme disposto na cláusula 5, parágrafo primeiro do termo de ajuste de conduta 01/2014). O período de execução do TAC compreende de 2014 a 2016.

O termo assinado em 10/10/2014 estabelece o início do contrato em outubro de 2014, com prazo de execução de 22 meses, no valor total de R\$657.814,08. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2014	57
2015	300
2015	301
Total	658

FSC - Projeto de treinamento em certificação FSC para comunidades e concessionárias envolvidas com concessões florestais na Amazônia

Trata-se de uma série de três cursos, cujos resultados serão sistematizados em publicação sobre a certificação florestal comunitária FSC. O primeiro curso aconteceu no Acre em abril de 2012, com integrantes da Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (Cooperfloresta), e teve o objetivo de promover um diálogo entre a experiência de manejo florestal comunitário certificado da cooperativa e os movimentos da economia solidária e comércio justo e solidário, para apoiar no debate sobre dois dos principais desafios da cooperativa nos dias de hoje: viabilidade econômica e organização política do grupo. O segundo curso ocorreu em outubro de 2012, no Pará, junto à Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona), na Flona Tapajós e teve como objetivos aprofundar os desafios e oportunidades da certificação comunitária FSC e facilitar a avaliação comparativa entre a operação florestal da cooperativa em execução e os princípios e critérios do FSC. A Oficina na Resex Verde para Sempre foi o terceiro curso, com o objetivo de apresentar e discutir com os manejadores florestais da RESEX Verde para Sempre os desafios e oportunidades para a certificação florestal comunitária (2012).

O acordo assinado em 01/05/2012 estabelece o início do projeto em maio de 2012 e prazo final estimado para abril de 2013, no valor total de R\$ 26 mil. A execução do projeto foi prorrogada até dezembro de 2015. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2012	23
2013	3
Total	26

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

FUNBIO – Projeto Fortalecimento Institucional de organizações da sociedade civil no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

O **Projeto Chapada dos Veadeiros** visa o desenvolvimento organizacional e o fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil na região do entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, estado de Goiás, municípios de Alto Paraíso, distrito de São Jorge e municípios vizinhos de Colinas do Sul, Teresina e Cavalcante, no estado de Goiás.

A região é uma área remanescente do bioma Cerrado e foi reconhecida pela UNESCO como Sítio do Patrimônio da Humanidade. A biodiversidade do local sofre diversas ameaças pelo turismo e outras atividades econômicas. As comunidades vizinhas ao Parque Nacional têm um papel fundamental na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais da região.

O projeto é voltado para lideranças residentes no local, com inserção e envolvimento junto às organizações e associações de base, representativas da comunidade local. O objetivo é aprimorar as condições legais e de funcionamento das associações de base; fortalecer as associações para a proposição, execução e gestão de projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

O acordo assinado em 12/03/2013 estabelece o início do projeto em março de 2013 e prazo final estimado para fevereiro de 2015, no valor total de R\$ 499 mil. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2013	149
2014	178
2015	172
Total	499

Impactos Socioambientais na Mineração (AIN)

A AIN tem apoiado a atuação do IEB em suas ações ligadas ao projeto de fortalecimento das instituições do município de Barcarena. As ações tem ênfase no interesse público sobre os problemas socioambientais, visando equilibrar a atividade industrial naquele município com ações e acordos pactuados entre governo, empresas e sociedade civil, de forma a assegurar os direitos da população local a um ambiente saudável. Para o alcance deste objetivo o projeto se estrutura a partir de dois eixos: (i) Fortalecendo as organizações da sociedade civil nas suas capacidades de interlocução com os demais setores da sociedade; e (ii) Apoiando a criação, a capacitação e o fortalecimento institucional de um Fórum Municipal que possa funcionar como espaço público de diálogo, negociação e pactuação de acordos entre empresas privadas, organizações da sociedade civil e as diferentes esferas de governo.

O apoio da AIN iniciou em julho de 2013 e tem um prazo de duração de 3 anos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

As demonstrações financeiras apresentadas são de responsabilidade da administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Em 31 de dezembro de 2014, o Instituto não possuía operações ativas e passivas decorrentes de operações de longo prazo que poderiam gerar ajuste a valor presente.

3 Principais práticas contábeis adotadas

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência. As doações que não possuem destinação específica são registradas ao resultado à medida que são recebidas dos doadores. Os custos incorridos representam, basicamente, a alocação de recursos humanos e materiais na execução dos projetos. Os custos e despesas indiretas do Instituto são rateados entre os programas de acordo com a representatividade de cada um. Todos os custos são segregados por doador considerando-se a utilização de recursos humanos e materiais para cada doador, não havendo transferência de custos entre doadores.

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, o IEB goza da isenção de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o superávit apurado.

(b) Ativo circulante e Não circulante

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

(c) Ativo imobilizado e intangível

Demonstrado ao custo deduzido da depreciação de bens, a qual é calculada pelo método linear às taxas anuais mediante a aplicação das taxas mencionadas na nota 6.

(d) Passivo circulante e Não circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

(e) Patrimônio líquido

Representado pelo patrimônio social do Instituto acrescido dos resultados superavitários ou deficitários anuais conforme o caso.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

4 Instrumentos financeiros

(a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Instituição mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos.

(b) Derivativos

O Instituto não realizou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, durante os exercícios de 2014 e de 2013.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

A administração adota uma política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento de resgate de curto prazo, em instituições financeiras brasileiras de primeira linha, quando permitido pelos doadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa	17	9
Bancos	667	1.582
Aplicações financeiras	3.406	4.172
Total	<u>4.089</u>	<u>5.763</u>

6 Imobilizado e intangível

(a) Imobilizado

	<u>2014</u>			<u>2013</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação o acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Taxas anuais de depreciação</u>
Máquinas e equipamentos	250	(139)	111	71	10
Equipamentos de informática	426	(294)	133	115	20
Móveis e utensílios	415	(363)	52	64	10
Instalações	35	(28)	7	9	10
Aplicativos para computadores (SO)	77	(13)	64	10	20
Benfeitorias em bens de terceiros	25	(23)	2	5	10
Total	<u>1.228</u>	<u>(860)</u>	<u>369</u>	<u>274</u>	

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado****(b) Intangível**

	<u>2014</u>			<u>2013</u>	<u>Taxas anuais de depreciação</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	
Aplicativos para computadores (Outros)	49	(43)	6	11	20

7 Passivo Circulante**(a) Obrigações sociais e trabalhistas**

Refere-se a provisões para pagamento decorrentes de obrigações relacionadas aos recursos humanos com vínculo empregatício e parcelamento de contribuições à previdência social, cujos valores já foram reconhecidos no resultado, sendo composto conforme demonstrado a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisões para férias	114	99
Previdência Social	83	2
Provisões para encargos sobre férias	39	34
Imposto de renda retido na fonte	20	-
FGTS	9	-
ISS	3	-
PIS	2	-
Total	270	135

(c) Contas a pagar

Referem-se a obrigações que a entidade tem na liquidação financeira de gastos realizados, cujos valores já foram reconhecidos no resultado, sendo o saldo composto conforme demonstrado na tabela seguinte:

<u>Contas a pagar</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
CEE Barcarena	22	22

(d) Adiantamento de doadores

Referem-se aos recursos adiantados pelos doadores no âmbito dos projetos administrados pelo IEB e que serão utilizados em períodos seguintes, conforme demonstrado o na tabela abaixo:

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Adiantamentos de doadores	2014	2013
Fundação Moore	1.090	2.477
Fundo Vale	591	402
MAC CARGIL FOUNDATION	524	904
Caixa Marajó	339	-
Pequenos projetos	222	-
CEE-PFF	39	764
MMA - PDPI	2	-
PORTICUS	-	396
CEE - Barcarena	-	39
USAID - Biodiversidade	-	16
Total	2.807	4.998

8 Patrimônio líquido

(a) Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é constituído pelas contribuições dos seus associados, receitas financeiras do Instituto, doações, subvenções e legados, conforme previsto no Estatuto.

(b) Superávit (déficit) do exercício

Refere-se somente ao superávit e/ ou déficit do ano corrente. Após aprovação pela assembléia, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto no estatuto, quando aplicável.

9 Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de viagens para seus funcionários e consultores por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Não há cobertura de seguro sobre os bens do ativo imobilizado, tendo em vista a política de riscos adotada pela entidade e o montante dos bens patrimoniais.

10 Tributos e contribuições

(a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit (superávit) de acordo com o artigo 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Lei nº 9.532/97.

(b) PIS/COFINS

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. A entidade goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

11 Custos com programas

O detalhamento dos gastos incorridos em cada programa por doador pode ser assim demonstrado:

Programa	Fonte doadora	2014	2013
Fortalecimento Institucional	FUNDO VALE	1.896	2.688
	RECURSOS PRÓPRIOS	740	425
	FUNDACAO MOORE	445	184
	FUNBIO	177	109
	AJUDA IGREJA NORUEGUESA	77	-
	MINISTÉRIO PÚBLICO	57	47
	USAID	23	1.535
	ALBRAS	1	-
	CEE	-	146
		3.417	5.224
Manejo dos Recursos Naturais e Gestão Territorial	FUNDO VALE	2.106	534
	MAC CARGIL FOUNDATION	776	47
	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	615	-
	USAID	-	335
	CEE	-	124
		3.496	1.040
Apoio à Pesquisa, Capacitação e Formação	FUNDACAO MOORE	1.567	1.050
	PORTICUS	468	194
	FAO	354	-
	PDPI	193	-
	EMBAIXADA BRITÂNICA	29	338
	FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO	-	725
		2.612	2.307
TOTAL		9.525	8.571

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado

O detalhamento de cada programa no que se refere à natureza dos gastos incorridos pode ser assim demonstrado:

Natureza das despesas				2014
	Fortalecimento Institucional	Manejo dos Recursos Naturais e Gestão Territorial	Apoio à Pesquisa, Capacitação e Formação	TOTAL
Eventos, viagens e estadas (b)	694	1.361	1.275	3.331
Consultorias técnicas	1.135	649	729	2.512
Salários, encargos e benefícios (a)	507	640	469	1.617
Repasses a programas	540	615	1	1.156
Despesas gerais	346	151	69	565
Publicações, comunicações e materiais	196	36	9	241
Bolsa de estudos	-	43	60	103
Total	3.418	3.496	2.612	9.525

Natureza das despesas				2013
	Fortalecimento Institucional	Manejo dos Recursos Naturais e Gestão Territorial	Apoio à Pesquisa, Capacitação e Formação	TOTAL
Eventos, viagens e estadas (b)	1.721	270	1.124	3.115
Consultorias técnicas	1.265	356	507	2.128
Salários, encargos e benefícios (a)	1.106	226	564	1.896
Repasses a programas	593	22	-	615
Despesas gerais	375	102	35	512
Publicações, comunicações e materiais	146	58	17	221
Bolsa de estudos	18	6	60	84
Total	5.224	1.040	2.307	8.571

(a) Os salários, encargos sociais e benefícios se referem ao pessoal contratado para a execução dos projetos e são alocados como despesas pelo regime de competência. O acréscimo de funcionários ao quadro de pessoal é efetuado à medida em que há incremento nas atividades previstas em orçamento.

(b) A rubrica “Eventos, viagens e estadas” refere-se ao desenvolvimento dos projetos de cada programa considerando-se a multidisciplinaridade dos mesmos, bem como as diversas regiões do Brasil nas quais os programas são desenvolvidos.

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado

12 Custos indiretos - IEB

No exercício de 2014, o Instituto calculou sua taxa de custos indiretos num percentual de 10,79% sobre os custos totais de suas atividades.

O cálculo da taxa de custo indireto do Instituto para o exercício de 2014 pode ser assim demonstrado:

Custos com programas	Total Custos	Exclusões	Custos Totais	Custos Indiretos	Custos Diretos
Eventos, viagens e estadas	3.330	-	3.330	-	3.330
Salários, encargos e benefícios	2.513	-	2.513	-	2.513
Consultorias técnicas	1.617	-	1.617	-	1.617
Repasse a programas	1.156	1.156	-	-	-
Despesas gerais	565	97	468	-	468
Publicações, comunicações e materiais	241	-	241	-	241
Bolsas de estudos	103	-	103	-	103
	9.525	1.253	8.272	-	8.272
Despesas com de administração de programas					
Salários, encargos e benefícios	568	-	568	568	-
Consultorias técnicas	257	-	257	257	-
Despesas gerais	146	4	142	142	-
Despesas com depreciação e amortização	98	98	-	-	-
Eventos, viagens e estadas	27	-	27	27	-
Publicações, comunicações e materiais	6	-	6	6	-
	1.102	102	1.000	1.000	-
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	70	64	6	1	5
	70	64	6	1	5
Total	10.697	1.419	9.278	1.001	8.277

(a) Custos indiretos	1.001
(b) Custos totais	9.278
(a/b) Custos indiretos %	10,79%

A apuração do percentual de custos indiretos se baseia na metodologia desenvolvida por TNC e PACT, que não considera certos tipos de despesas, tais como: provisão de férias, despesas com brindes, impostos incidentes sobre receita financeiras, multas etc.

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os custos indiretos são custos comuns ou conjuntos, que não são prontamente identificáveis com uma atividade-fim, mas com as atividades-meio, sendo relevantes para que as atividades-fim sejam executadas. Portanto, beneficiam toda a organização e os respectivos doadores que a financiam.

13 Projeto Diálogo intersetorial em Barcarena, Pará. Contrato AIN-IEB: PID 330376

O projeto tem por objetivo favorecer a constituição de um novo patamar de relacionamento entre sociedade civil, empresas e poder público na busca de alternativas para as problemáticas socioambientais em Barcarena. O projeto terá duração de 12 meses com orçamento previsto de R\$ 96.200,00 (noventa e seis mil e duzentos reais).

O período de execução do projeto é de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014. O acordo foi assinado em 03/04/2014. A parte de contribuição da AIN é de 250 mil Coroas Norueguesas. A transferência será em USDolares. No ano 2014 recursos recebidos para implementar o projeto montam em valores:

Receita do Projeto AIN Barcarena		
Data	Reais	USDolares
07/05/2014	58.175,75	27,058.49
22/08/2014	31.383,95	14,200.88
Total	89.559.70	41,259.37

No ano 2014, entre janeiro e dezembro 2014, a despesa do projeto monta em R\$ 89.552,69 (oitenta e nove mil novecentos e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos).

Despesa do Projeto AIN Barcarena	89.552,69
PESSOAL-AIN	60.916,63
Coordenação técnica-AIN	41.076,63
Assessoria PF/PJ-AIN	19.840,00
CUSTOS DIRETOS DAS ATIVIDADES-AIN	28.636,06
Diárias (Hospedagem e alimentação)-AIN	3.951,50
Transporte-AIN	14.653,81
Seminários e Eventos-AIN	9.644,60
Publicação e Divulgação-AIN	386,15

O relatório financeiro está de acordo com as condições do contrato, e o disposto no artigo 2º do referido contrato. As despesas incorridas estão previstas no orçamento do contrato e lançados na conta do projeto, são identificáveis e verificáveis e estão comprovadas por documentos originais. Há conciliação dos dados do relatório financeiro com os do sistema de contabilidade e de registo (por exemplo, balancete, contas do razão geral e respectivas subcontas, etc.). As despesas do relatório final foram realizadas ("realidade"), estão certas ("exatidão") e são elegíveis.

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado

14 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

	2014	2013
I - GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
1- Receitas	10.858	10.853
1.1. Doações recebidas	9.468	10.359
1.2. Outras receitas	1.390	494
2- Insumos Adquiridos de Terceiros	7.904	7.119
2.1. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	7.904	6.815
3- Valor Adicionado Bruto (1-2)	2.954	3.734
4- Depreciação e Amortização	98	104
4.1. Depreciação e amortização	98	104
5- Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	2.856	3.630
6- Valor Adicionado Recebido em Transferência	318	7
6.1. Receitas financeiras	318	7
7- Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	3.174	3.941
II - VALOR ADICIONADO À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE	3.174	3.941
III - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8- Distribuição do Valor Adicionado		
8.1. Pessoal	1.815	2.472
8.1.1. Remuneração direta	1.361	1.589
8.1.2. Benefícios	278	316
8.1.3. FGTS	127	315
8.1.4. Indenizações trabalhistas	49	252
8.2. Impostos, Taxas e Contribuições	462	585
8.2.1. Previdência Social	448	567
8.2.2. PIS	14	18
8.3. Remuneração de Capitais de Terceiros	418	440
8.3.1. Juros	87	64
8.3.2. Aluguel	331	376
8.4. Déficit (Superávit) do Exercício	479	444
IV - TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	3.174	3.941

* * *